

ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL COMO MECANISMO ESTRATÉGICO PARA EMPRESAS

Gisele Victor Batista

Harpia Green Business (giselevictorbatista@gmail.com)

Nadine Victor Batista

Centro de Investigação e Estudos em Sociologia – CIES-IUL (nadinebatista@gmail.com)

Resumo

A sustentabilidade tem sido usada como capacidade de manter e demonstrar, positivamente, um desempenho nas esferas econômica, social e ambiental ao longo do tempo. Muitas empresas que vislumbram nela uma oportunidade estratégica, estão transformando este conceito em competência operacional corporativa, com ganhos intangíveis, como, por exemplo, reputação e compartilhamento de experiências na comunidade empresarial e reorganização da gestão corporativa com importantes consequências ao mercado acionário. Neste contexto, este trabalho visou apresentar o conceito de administração ambiental e demonstrar como o tema tornou-se um mecanismo estratégico para alavancagem de empresas e negócios. Os resultados mostraram que as empresas têm se voltado à gestão ambiental sustentável, utilizando os instrumentos disponíveis no mercado para atender às estratégias, obter vantagem competitiva e aumentar seus resultados econômicos, e melhorar seu sistema de gestão. O futuro competitivo da empresa depende, dentre outros aspectos, de sua política sustentabilidade, utilizando de forma responsável os recursos de sua atividade, ao mesmo tempo que cria valor para os grupos, direta e indiretamente, relacionados com a organização.

Palavras-chave: sustentabilidade, administração ambiental, gestão empresarial sustentável

1. Introdução

A sustentabilidade enquanto uma estratégia corporativa é decorrente de um processo histórico e, conforme Yagasaki e Martins (2012), o ambiente global dinâmico dos negócios fez com que as empresas se tornassem cada vez mais flexíveis para, rapidamente, adaptarem-se e responderem às mudanças de mercado. Os referidos autores destacam ainda que a sustentabilidade tem sido usada como capacidade de manter e demonstrar um desempenho positivo econômico, social e ambiental ao longo do tempo. Por isso, muitas empresas vislumbram na sustentabilidade uma oportunidade estratégica e estão transformando este conceito em competência operacional corporativa (LUENEBURGER; GOLEMAN, 2010).

Cristóvão *et al.* (2016) salienta que as corporações no mundo foram obrigadas a repensar o modelo de gestão empresarial tradicional, em que a avaliação de uma empresa prezava somente por sua performance econômica. Segundo GVces (2012), esse novo conceito de companhia, que integra estas três esferas (ambiental, social e econômica) nos seus valores e resultados, gerou ganhos intangíveis, como por exemplo, reputação e compartilhamento de experiências na comunidade empresarial, mas também a reorganização da gestão corporativa, que trouxe importantes consequências ao mercado acionário.

A sustentabilidade corporativa, como destacam Yagasaki e Martins (2012), resulta na incorporação dos objetivos de desenvolvimento sustentável, equidade social, eficiência e desempenho ambiental dentro das práticas operacionais da empresa e a pressão destas para atingir a sustentabilidade, relacionada às fontes externas, como organizações internacionais,

governo, *stakeholders* e mercado, que cada vez mais exigem transparência e melhoria dos aspectos não financeiros de seus negócios. Para os autores, não é mais suficiente que as empresas se preocupem apenas com aspectos da qualidade de seus produtos e serviços, mas que a pressão por um relacionamento positivo com o meio ambiente é uma crescente constante.

Neste contexto, este resumo expandido teve como objetivo apresentar o conceito de administração ambiental e demonstrar como o tema tornou-se um mecanismo estratégico para alavancagem de empresas e negócios. Para tanto, recorreu-se à revisão bibliográfica e estado da arte, através de pesquisa qualitativa – exploratória e descritiva, onde o uso de publicações e eventos internacionais, modelaram a estruturação do texto deste trabalho.

2. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho adotou a metodologia exploratória e descritiva, onde se buscou mapear e resgatar a produção científica sobre o tema, permitindo uma avaliação e reflexão da problemática, bem como utilizou-se o método de pesquisa bibliométrica, para sistematizar e elencar as principais fontes de informação. Por meio da pesquisa qualitativa, foram analisadas as características metodológicas e de conteúdo de artigos acadêmicos, dissertações e teses produzidas por instituições de ciência e pesquisa, no âmbito nacional e internacional.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória busca desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de novas abordagens num momento posterior e, conforme Andrade (2009), a pesquisa descritiva tem como preocupação observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos, sem realizar nenhuma interferência. Para isso, esta pesquisa envolveu atividades como levantamento bibliográfico e pesquisa documental, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o tema e descrever o fenômeno estudado. O método utilizado foi a pesquisa bibliométrica, tomando como base a produtividade de periódicos em relação a assunto em tela. Conforme Araújo (2006), a bibliométrica analisa as citações e permite a identificação e descrição de uma série de padrões na produção do conhecimento científico.

Desta forma, tendo como base as palavras-chaves selecionadas para a pesquisa, buscou-se estruturar a tese deste resumo expandido nos estudos mais relevantes, os quais compõe a base histórica e científica sobre o tema.

3. Resultados e discussões

A noção de sustentabilidade, largamente difundida em nossa sociedade, teve sua origem na década de 1950, fruto da percepção de uma crise ambiental global, existente naquele momento. Contudo, somente em 1987 o termo “desenvolvimento sustentável” foi formalizado, pela primeira vez, no documento *Our Common Future na Cmmad* – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED, 1987), sendo definido como a capacidade da sociedade satisfazer as necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras, tendo como base as três dimensões: ambiental, social e econômica.

No que tange ao aspecto corporativo, o conceito de sustentabilidade, que integra estas três dimensões nos valores e resultados de uma empresa, ficou conhecido, de acordo com Elkington (1997), como *Triple Bottom Line*. Este termo foi criado nos 1990 e foi levado a conhecimento público em 1997, com a publicação da edição inglesa de John Elkington's *Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business* (Elkington, 1997).

Baseado nisso, Cristófalo *et al.* (2016) afirma que o sucesso definitivo da empresa não seria apenas constituído pela sua esfera financeira, mas também, sua performance social e ambiental. Claro *et al.* (2008) complementa, que a adoção do conceito da sustentabilidade, com foco no *Triple Bottom Line*, influencia diretamente no comportamento das empresas, que estão se deparando com novos desafios e precisam inovar suas gestões estratégicas, visando vantagens financeiras que permitam a alavancagem nos resultados da organização. Tal prática, acrescenta Karkotli (2004), proporciona benefícios econômicos e estratégicos para as empresas, reforçando a importância de um sistema de gestão ambiental alinhado com as práticas organizacionais para o alcance de resultados sustentáveis.

É neste contexto, que o conceito de Administração ou Gestão Ambiental ganha significado, pois, de acordo com Barbieri (2016), permite que as ações organizacionais de promoção de seu desenvolvimento sejam voltadas à sustentabilidade, à melhor inserção da companhia no seu mercado de atuação e aos ganhos estratégicos e financeiros obtidos por meio destas práticas conscientes. O conceito aponta as diretrizes e atividades administrativas efetuadas para mitigar possíveis efeitos negativos e alcançar resultados positivos sobre o meio ambiente através de uma variedade de iniciativas baseada em três principais dimensões, quais sejam: institucional, espacial e temática. A primeira delimita as questões ambientais; a segunda diz respeito à área de abrangência das ações de gestão; e, a última dimensão refere-se aos agentes responsáveis pelas iniciativas. Sob esse limiar, o autor ainda destaca que as ações realizadas sob uma gestão ambiental sustentável são construídas no intuito de obter eficiência econômica, equidade social e respeito ao meio ambiente.

Para Tinoco & Kraemer (2004) a administração ambiental deve envolver toda a estrutura organizacional, ações de planejamento estratégico, procedimentos e recursos organizados para desenvolver, implementar, monitorar e manter a política de sustentabilidade dentro da organização. Tibor e Feldman (1996) apontam que a política ambiental deve conter linguagem e objetivos claros, com a implementação de um programa definido em concordância com tais objetivos e com medidas de monitoramento que permitam aferir sua eficácia, sempre alinhado com a alta diretoria e com as estratégias da empresa.

Barbieri (2016) aponta ainda que são três as forças que influenciam as organizações na adoção de uma gestão ambiental sustentável: governo, sociedade e mercado. A pressão legislativa para o cumprimento de normas e acordos internacionais, a preocupação da sociedade com as questões ambientais no planeta e a visão estratégica do empresário com ganhos tangíveis advindos do meio ambiente, são ingredientes fundamentais para a adoção e manutenção da sustentabilidade no mundo corporativo. Além disso, investir em sustentabilidade tornou-se um negócio bastante rentável para empresas e empreendedores, com ganhos econômicos diretos, além do melhoramento da imagem da companhia diante de seu público consumidor e investidor.

Neste sentido, Montibeller (2007) destaca que a gestão ambiental nas organizações pode levar ao desenvolvimento de resultados positivos e promover novas oportunidades de negócio. Neste novo arranjo organizacional, o meio ambiente passou a ser visto como algo lucrativo, uma nova forma e uma nova fonte de otimização do capital de giro das empresas e melhoramento do fluxo de caixa das companhias.

Para GVces (2012), diversas pesquisas mostraram resultados convergentes no sentido de comprovar ganhos tangíveis do investimento sustentável e responsável, tanto para os investidores, por meio de prêmio no valor das ações, quanto para as empresas, observados especialmente por maior rentabilidade e maior valor de mercado. Sobre isso, um estudo realizado por AMBIMA (2018) demonstrou a relevância deste tema, quando uma pesquisa

realizada com gestoras e administradoras de recursos constatou que temas relacionados à análise dos riscos e/ou oportunidades pertinentes a questões ambientais, sociais e de governança é uma realidade no país, em especial para as instituições de grande porte.

Ainda conforme o mesmo relatório, no Brasil, 85,4% dos gestores consideram o potencial impacto de questões ambientais, sociais e de governança corporativa em seu processo de investimento, fato que comprova uma evolução de 17,4%, entre os gestores com política específica para tratamento de investimento responsável em 2018 (21,3%), em comparação ao registrado em 2016 (18,1%). Sobre o patrimônio líquido, a pesquisa mostrou um aumento de 40%, para o mesmo período, sobre o percentual da amostra de instituições que responderam a este quesito. Isso significa que as instituições que responderam à pesquisa correspondem a 78,05% do total da indústria - um volume de R\$ 3.271.677,00. Em termos de patrimônio líquido, essas companhias gerem quase R\$ 2,79 trilhões.

Por fim, o relatório da AMBIMA (2018) mostrou que, além da formalização de aspectos ambientais, sociais e de governança, as instituições têm aderido a compromissos voluntários para a adoção de boas práticas de sustentabilidade. Mais da metade (51,32%) adotou atividades alinhadas ao desenvolvimento sustentável, à promoção de direitos humanos e à responsabilidade socioambiental.

Com isso, conclui-se que as empresas têm se voltado à gestão ambiental sustentável, utilizando os instrumentos disponíveis no mercado, para atender às estratégias, obter vantagem competitiva e aumentar seus resultados econômicos, além de melhorar seu sistema de gestão e agradar às partes interessadas. O futuro competitivo da empresa depende, dentre outros aspectos, de sua política de sustentabilidade, ou seja, sua capacidade em manter-se através do tempo, utilizando de forma responsável os recursos para sua atividade, ao mesmo tempo que cria valor para os grupos, direta e indiretamente, relacionados com a organização.

4. Considerações Finais

A sustentabilidade empresarial deve levar em consideração o crescimento econômico, a preservação ambiental e o progresso social, assim como suas interfaces (*Triple Bottom Line*) passando a incluir neste processo todas as partes interessadas, como comunidades locais e governos, além dos acionistas e empregados, numa visão mais ampla do que apenas relacionada aos aspectos econômicos e produtivos da companhia. Para ganhar resultados em sustentabilidade, as empresas devem manter e se basear no desempenho do negócio e ao mesmo tempo mostrar consideração pelo planeta, assegurando estratégias para solucionar futuros desafios enquanto mantém o alto nível de desempenho em curso.

Ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para que a sustentabilidade seja de fácil adoção e implantação nas empresas. Além de líderes competentes e indicadores eficazes, a empresa tem que superar obstáculos como, por exemplo, ter um plano de negócio bem estruturado, uma comunicação efetiva com os funcionários, um sistema de informação desenvolvido e ajudar na incorporação da cultura sustentável.

Contudo, considera-se que o Brasil tem um diferencial competitivo, no que tange à valoração do capital natural e cultural, devido suas riquezas e potencial de gerar negócios. Para isso, as empresas deverão estar preparadas e centrar-se na administração ambiental sustentável como uma oportunidade de mudança e transição para uma nova forma de fazer gestão, de conviver em sociedade, de desenvolver-se e crescer em um meio de concorrência onde todos possam ganhar de modo seguro e equilibrado.

5. Bibliografia

- AMBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. (2018). **Engajamento de questões ambientais, sociais e de governança na análise de investimento de gestores de recursos. 2ª Pesquisa de Sustentabilidade.**
- ANDRADE, M. M. (2009). **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas.** 9. ed. São Paulo: Atlas.
- ARAÚJO, C. A. (2006) **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais.** Em *Questão*: Porto Alegre, v.12, n.1, p.11-32, jan./jun.
- BARBIERI, J.C. (2016). **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** 4.ed. São Paulo: Saraiva.
- CLARO, P.B.O.; CLARO, D.P. & AMÂNCIO, R. (2008). **Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações.** *Revista de Administração*, 43 (4), 289-300.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM (2014). **O mercado de valores mobiliários brasileiro.** Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- CRISTÓFALO, R. G. *et al.* (2016). **Sustentabilidade e o mercado financeiro: estudo do desempenho de empresas que compõem o índice de sustentabilidade empresarial (ISE).** USP: REGE - *Revista de Gestão* 23, 286–297. Agosto de 2016.
- ELKINGTON, J. (1997). **Cannibals with forks: the Triple Bottom Line of 21st Century Business.** Oxford: Capstone Publishing. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1023/A:1006129603978>>. Acesso em 25 jun. 2019.
- GIL, A. C. (2002). **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas.
- GVCES. (2012). **O Valor do ISE - Principais estudos e perspectiva dos investidores.** São Paulo, São Paulo, Brasil. Disponível em: <<http://gvces.com.br/o-valor-do-ise-principais-estudos-e-a-perspectiva-dos-investidores?locale=pt-br>>. Acesso em 20 mar. 2019.
- KARKOTLI, G. R. (2004). **Responsabilidade social: uma estratégia empreendedora** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.
- LUENEBURGER, C. & GOLEMAN, D. (2010). **The Change Leadership Sustainability Demands,** *MIT Sloan Management Review*, 51 (4). Disponível em: <<https://sloanreview.mit.edu/article/the-change-leadership-sustainability-demands/>>. Acesso em 20 mar. 2019.
- MONTIBELLER, F. G. (2007). **Empresas, desenvolvimento e ambiente: diagnóstico e diretrizes de sustentabilidade.** Barueri-SP: Manole.
- TIBOR, T.; FELDMAN, I. (1996) **ISO14000: um guia para as normas de gestão ambiental.** São Paulo: Futura.
- TINOCO, J. E. P. & KRAEMER, M. E. P. (2004). **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas.
- WCED. (1987). **Our common future.** London: Oxford University Press. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2019.
- YAGASAKI, C. A. & MARTINS, R. A. (2012). **Sustentabilidade como uma estratégia empresarial.** XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social: As Contribuições da Engenharia de Produção. Bento Gonçalves, RS/ Brasil, 15 a 18 out. 2012. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_TN_STO_163_950_20480.pdf> Acesso em 13 set. 2019.